

Comunicação e Cultura: uma avaliação da disseminação da informação nas bibliotecas públicas brasileiras

Sonia Cristina Martins de Mendonça¹

Rosália Maria Netto Prados²

Resumo:

Este artigo propõe uma discussão sobre as políticas públicas culturais para a disseminação da informação e acesso ao conhecimento em Bibliotecas Públicas Brasileiras. O estudo é parte de uma pesquisa sobre políticas públicas culturais e bibliotecas públicas brasileiras. Justifica-se, porque a biblioteca pública tem um papel importante no acesso à informação e ao conhecimento em todo território nacional. Esta é uma pesquisa descritiva sobre os programas federais para a disseminação da informação e acesso ao conhecimento, além daqueles que se estenderam no âmbito municipal e estadual. Este estudo trata de uma discussão sobre políticas públicas culturais e o papel do Estado quanto à disseminação da informação e acesso ao conhecimento, para o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Acesso ao Conhecimento. Avaliação de Políticas Públicas. Informação.

Abstract:

This article proposes a discussion on cultural public policies for the dissemination of information and access to knowledge in Brazilian Public Libraries. The study is a part of a research on cultural policies and Brazilian public libraries. It justifies the reason why public libraries have an important role in the access of information and knowledge throughout the country. This is a descriptive research about the federal programs for the dissemination of information and access to knowledge, moreover those which extended in the municipal and state levels. This study deals with a discussion about cultural public policies and also about the role of the state in terms of dissemination of information and access to knowledge, to the full exercise of citizenship.

Keywords: Public Library. Access to Knowledge. Public Policy Evaluation. Information.

Artigo recebido em: 24/12/2014

Aceito em: 08/05/2015

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Políticas Públicas, da Universidade de Mogi das Cruzes, SPE-mail: soniacmm@yahoo.com.br.

2 Doutora em Semiótica e Linguística Geral (USP). Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Políticas Públicas, da Universidade de Mogi das Cruzes, SP. E-mail: rosalianp@umc.br.

Introdução

Nos tempos atuais, a dinâmica político-social envolve diversos fatores que interferem diretamente no cotidiano de cada indivíduo. Políticas públicas de disseminação da informação e acesso ao conhecimento devem ser pertinentes aos conceitos socioculturais. Neste contexto, as políticas públicas culturais para o uso de bibliotecas públicas também devem se alinhar às ações imediatas a eventos – sejam eles, científicos, culturais, tecnológicos, políticos e econômicos. Atitudes responsáveis em relação à organização da biblioteca, quanto à formação de seu acervo e à capacitação dos profissionais que nela trabalham, garantem sua eficácia e sua eficiência.

A biblioteca, mesmo com toda a tecnologia na contemporaneidade à qual as pessoas têm acesso, ainda é um dos principais veículos da disseminação da informação. Desempenha, portanto, um papel importantíssimo na produção e reprodução do conhecimento e consequente desenvolvimento da sociedade.

Neste trabalho, que é parte de uma pesquisa sobre políticas públicas culturais e bibliotecas públicas brasileiras, propõe-se uma discussão sobre políticas públicas culturais para o acesso à informação e ao conhecimento, além de se buscar entender o papel a biblioteca pública. As bibliotecas públicas, que se encontram nos municípios, devem atender às necessidades socioculturais de seus usuários.

Para o desenvolvimento desta discussão, optou-se pelo método de abordagem qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e documental, caracterizando-se uma pesquisa descritiva, a partir de fontes primárias e secundárias da literatura especializada sobre o contexto histórico das bibliotecas no Brasil e sobre políticas públicas.

As bibliotecas brasileiras

No que se refere à origem das bibliotecas é necessário ressaltar que, assim como a da linguagem e a da escrita, é desconhecida. Entretanto, na história, aparecem referências sobre as bibliotecas, desde a antiguidade clássica. Surgiram, “quando tem início a preservação de registros escritos de conhecimentos” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2005, p. 31).

O armazenamento do conhecimento é que fez com que os homens se preocupassem em produzir materiais mais resistentes e duráveis, a fim de que se pudesse projetar mais adiante no tempo suas criações. Deu-se, então o surgimento da enciclopédia, criação decorrente da organização desse conhecimento. Segundo Burke (*apud* BONINI; PRADOS, 2014), no século XVII, o sistema de disciplinas do saber caracterizava-se de acordo com essa organização.

Mais tarde, o tripé intelectual, na prática cotidiana das universidades europeias, seria composto de currículos, bibliotecas e enciclopédias. Da organi-

zação dos currículos, no primeiro grau, o bacharelado compunha-se de duas partes, o *trivium*, mais elementar: Linguagem (gramática, lógica e retórica) e o *quadrivium*, mais avançado: Números (aritmética, geometria, astronomia e música). Vale a pena saber que dessa ordem: disciplina e ensino (currículo) dava-se a organização da biblioteca, ou ordem dos livros (BONINI; PRADOS, 2014, p. 25).

De acordo com Bonini e Prados (2014), divulgar, popularizar ou democratizar a ciência e, conseqüentemente, o acesso ao conhecimento, poderia ser uma forma de eliminar as diferenças sociais. E, embora este empreendimento do conhecimento tenha sido um bom canal para o conhecimento coletivo, as enciclopédias tinham um grande inconveniente: ocupavam muito espaço e necessitavam de atualização constante. Foi-se configurando o espaço e, conseqüentemente, a biblioteca. Segundo Burke (2003), no século XVII, caracterizava-se o sistema de disciplinas nessa organização do conhecimento. Mais tarde, o tripé intelectual, na prática cotidiana das universidades europeias, seria composto de currículos, bibliotecas e enciclopédias. Vale a pena saber que dessa ordem: disciplina e ensino (currículo) dava-se a organização da biblioteca, ou ordem dos livros. As enciclopédias, segundo Burke (2003), originalmente, referiam-se ao currículo educacional.

Atualmente, as enciclopédias oferecem aos seus assinantes o formato virtual, o que permite, de maneira célere, sua atualização.

Constata-se então, que desde primórdios, o papel da biblioteca como fator disseminador, integrador, do homem com a linguagem escrita – foi um fato solene. Ainda hoje, é na Biblioteca Pública que muitos usuários têm acesso às informações para construção de conhecimentos. São informações relevantes que estão diretamente acopladas à inovação e à pesquisa.

Desta forma, é importante que a biblioteca seja um organismo em crescimento; é uma instituição que tem novas significações no contexto contemporâneo. As informações não podem ser estáticas, devem ser atualizadas, com diversidade de fontes para a consulta. O papel da ciência é importante nesse processo de atualização e de renovação, uma vez que requer a base do referencial e realimenta o processo de renovação da biblioteca. Portanto, ter referenciais teóricos, anteriores, agrega valor na concepção de ideias, conceitos, pesquisas e inovação. Existem bibliotecas especializadas nas mais diferentes áreas do conhecimento nas universidades, mas neste trabalho, o foco são as bibliotecas públicas.

“As Bibliotecas Públicas surgiram com a missão de atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independente de classe social, cor, religião ou profissão” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2005, p. 37), ou seja, têm como missão uma das mais importantes funções de políticas públicas culturais. Araújo e Oliveira (2005, p. 37), ainda, afirmam que as bibliotecas têm como objetivos principais: estimular nas comunidades o hábito de leitura e preservar o acervo cultural.

Bibliotecas públicas como fonte de informação necessária à população brasileira

Século XXI, tempo de mudanças. Época do novo, do descartável. Na contemporaneidade, o satisfatório é estar atualizado. A partir da década de 1990, com o mundo totalmente globalizado, acontecimentos como a extensão da comunicação, a integração de pessoas, informações, serviços e bens foram fatores culminantes na humanidade; a tal ponto que países de culturas diferentes influenciariam outros. Entretanto, nem todos obtiveram a oportunidade de atingir esta parcela de integração.

De repente, houve uma valorização total da informação. Esta já fora considerada como um tesouro (BURKE, 2003). Murmúrios como, quem detém a informação, detém o mundo, eram ouvidos a todo momento. Mas onde estaria este bem tão precioso? Onde buscar este poder que traria riquezas financeiras e culturais? O avanço da tecnologia trouxe a aproximação das pessoas. Países distantes tornaram-se próximos, apenas com o digitar de algumas teclas. A internet permitiu que o deslumbramento acontecesse.

Infelizmente, nem sempre, as condições de vida individual e coletiva, no mundo, apresentaram dignidade peculiares aos seres humanos. Fato é que a inclusão social não aconteceu para todos. Diante desse fato relevante, aparece, no cenário atual, uma figura antiga que estava, até certo ponto, adormecida, a biblioteca. O Deputado José Stédile em seu projeto de lei (BRASÍLIA, 2012), enviado ao Congresso Nacional, destaca que há necessidade de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro, já que o acesso à informação e ao conhecimento deve ser um direito. Navarro (*apud* VASCONCELOS, 2002, p.128) confere que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é uma peça mestre e síntese de tais postulados e está presente de uma forma ou de outra em, praticamente, todas as constituições do mundo (VASCONCELOS, 2002).

Desta forma, é plausível que tal decreto possa influenciar na obrigatoriedade de que haja em cada município brasileiro uma biblioteca. A abordagem dessa política pública tornou-se um referencial ao alcance da pessoa cidadã, para mais um passo ao bem-estar, que é, segundo Vasconcelos (2012), um desejo essencial do ser humano, propósito que se persegue ao longo da história da espécie humana, o homem buscando sempre melhorar sua forma de vida.

Disseminação da informação e cidadania

Diante do papel executado pelas bibliotecas públicas, no que diz respeito à informação e ao pleno exercício da cidadania, evidencia-se que estas têm o reconhecimento da população. Em sua maioria, são prédios vistos com respeito, raramente são pichados. “Não há dúvidas de que as bibliotecas são instituições que, como tal, inte-

gram um tipo peculiar de tecnologia social, cujas transformações, corridas ao longo da história, guardam relações com as inovações técnicas” (VERGUEIRO e MIRANDA, 2007, p. 109). No entanto, pergunta-se: as bibliotecas públicas têm cumprido seu papel social? Têm divulgado obras de valor cultural apreciável? Têm atuado como centro municipal de informações? Têm oferecido programas de incentivo à leitura?

Segundo Campelo e Magalhães (1997), o conhecimento alcançado pela humanidade tem muita importância e deve ser colocado à disposição de toda a sociedade. Desta forma, o fato de que as informações estejam disponíveis, de forma fácil, para disseminar conhecimentos, propiciar caminhos, oportunidades e probabilidades a todas as pessoas é necessário e relevante. Segundo Mey e Silveira (2009), é porque, apenas por meio do conhecimento, as pessoas podem se transformar e transformam o mundo em que vivem.

Neste sentido, o conhecimento é citado constantemente. Mas então o que seria conhecimento? Na visão de Burke (*apud* ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005), conhecimento é algo que denota o que foi processado e sistematizado pelo pensamento.

Araújo e Oliveira (2005, p. 30) relatam vários tipos de conhecimentos, o filosófico, o religioso, o do senso comum, ou o conhecimento popular, ou o científico. Entretanto, são comuns as afirmações de que o que deveria ser usado em uma biblioteca pública é o conhecimento científico, adquirido metodicamente, de forma organizada e com possibilidade de ser passado por meio de um processo pedagógico. Todavia, não podemos deixar de lado o conhecimento de senso comum ou conhecimento popular, esses constituem a visão de mundo ou o saber compartilhado de uma comunidade. Pois são formas espontâneas de se conhecer a realidade dos fatos, das experiências não testadas cientificamente. Geralmente, são usos e costumes, sistemas de valor e de crenças passados de uma geração para outra.

Políticas públicas para disseminação da informação

As bibliotecas públicas tornaram-se responsabilidade do Estado a partir da Revolução 1930, na era Vargas. Nessa época as políticas públicas eram embasadas na integração social e na construção do Estado. O desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras foi decorrente das políticas públicas; de acordo com Ferreira (2013), o acesso à informação é um direito consolidado somente no Art. 5º da Constituição de 1988. Segundo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas,

Desde 1937, quando foi criado o Instituto Cayrú, que logo foi transformado no Instituto Nacional do Livro (INL), o Brasil vem investindo no apoio e ampliação das bibliotecas públicas no país. No entanto, foi em 1992, por meio do Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi instituído como um órgão subordinado diretamente a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) (BRASIL, 2014).

Já, em 2004, houve uma grande investida para ampliação do número de bibliotecas públicas no país. E, ainda, na modernização das existentes.

Os programas ligados à biblioteca continuaram acontecendo e foram criados diferentes projetos no Brasil, além de iniciativas localizadas em alguns municípios, como programas educacionais e outros. O Programa Livro Aberto foi criado em 2002 e, a partir de 2006, foi criado o Plano Nacional do Livro e Leitura, PNLL. Foram inauguradas 1.705 bibliotecas novas e modernizadas 682. Houve investimentos em equipamentos tecnológicos, mobiliário e acervo. A partir da criação do Plano Nacional do Livro e da Leitura, PNLL, foram desenvolvidos programas e projetos na área de leitura, literatura e bibliotecas.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura, PROLER foi reformulado em 1996, pois antes era vinculado à Biblioteca Nacional e esse aspecto dificultava a expansão das políticas gestadas no Departamento Nacional do Livro (FERREIRA, 2013). A partir da reformulação deste programa, houve o incentivo à elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL.

Percebe-se que os programas de políticas públicas culturais estão sempre voltados às necessidades sociais, mas também dependem da vontade política. Dias e Matos (2012, p. 3) destacam que tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social. “Políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas” (GELINSKI e SEIBEL, 2008, p. 228).

Entende-se então, o compromisso do Estado para com as bibliotecas públicas e sua incumbência na disseminação da informação, em fomentar e difundir a informação de forma a assegurar a cada indivíduo, seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda, para que todos tenham a mesma oportunidade. Objetivos que nem sempre são alcançados nos serviços apresentados nas bibliotecas públicas.

Há, no país, políticas públicas, que bem empregadas, correspondem a soluções específicas, como administrar políticas científicas que satisfaçam às necessidades básicas educacionais que uma biblioteca pública possa oferecer.

Tramita, na Câmara, o Projeto de Lei nº 3.727, de 2012 que visa a universalizar as bibliotecas públicas em todo território nacional. A proposta inicial é, segundo a Lei 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 3º, nos princípios que regem a educação, a presença de pelo menos uma biblioteca pública em cada município da federação.

O Projeto ainda não foi aprovado, pois depende de decisões tomadas no âmbito dos estados. Seu contexto inclui muitas cláusulas que dependem de recursos financeiros, humanos e físicos. Entretanto, se aprovado, favorecerá a todos os usuários de biblioteca pública, principalmente àqueles de municípios longínquos.

“É necessário que a política seja compreendida pelo homem comum, e um componente importante desse entendimento passa pela compreensão do que é Estado e o papel que está reservado a cumprir nas sociedades humanas” (DIAS e MATOS, 2012, p. 4). Para Pereira,

Analisando o conceito de necessidade, à luz das políticas sociais no cenário brasileiro, considera que a temática das necessidades humanas básicas está negligenciada e parte do pressuposto que, os mínimos sociais correspondem a necessidades fundamentais a serem satisfeitas por políticas sociais exigindo novas formas de enfrentamento político-social (PÉREIRA *apud* CIANCIA-RULLO, 2002, p. 240).

Desta forma, cabe a cada brasileiro saber quais são os seus direitos e reivindicá-los, bem como sua participação e fiscalização do sistema, a fim de que projetos de lei sejam aprovados.

Tramita na Câmara dos Deputados a publicação inicial do Projeto de Lei nº 3.727, de 2012, que dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no país. Segue trecho do Projeto para conhecimento:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do inciso XII e dos §§ 1º ao 4º, com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

XII – presença de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro.

§ 1º Para os fins do disposto no inciso XII deste artigo, considera-se biblioteca pública o espaço sociocultural que dispõe, em múltiplos suportes, de produtos e serviços informacionais, disponibilizando em seu acervo o mais amplo conhecimento possível sobre os diversos saberes, filosofias e ciências.

§ 2º O acervo da biblioteca será disponibilizado, em geral, a toda a comunidade e, em especial, ao público estudantil.

§ 3º Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada habitante, cabendo ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas determinar a ampliação deste acervo conforme a realidade de cada município, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas públicas.

§ 4º Os municípios, dentro de sua autonomia e capacidade financeira, deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas públicas, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de cinco anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis N.ºs. 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 junho de 1988 (BRÁSÍLIA, 2012).

No que se refere à discussão sobre políticas públicas culturais, para a disseminação da informação e para o uso de bibliotecas, é pertinente uma discussão mais aprofundada sobre políticas públicas sociais, mas neste estudo aponta-se, apenas, para uma parte do problema, já que seria necessária uma revisão sobre avaliação de políticas públicas diante da realidade das bibliotecas públicas brasileiras. “A pesquisa de avaliação é aquela que tem como objeto uma dada intervenção na realidade

social, uma política pública, entendida então como a que se desenvolve em esferas públicas da sociedade” (DRAIBE, 2001, p. 2). A autora deixa claro que “avaliações de políticas respondem a distintos objetivos de conhecimentos: levantadas certas hipóteses, pesquisa-se um dado programa para conhecer a relação entre condições, meios, resultados e impactos da intervenção” (DRAIBE, 2001, p. 3)

A avaliação aqui descrita é *ex post* que tem como objetivo, verificar os graus de eficiência e eficácia com que as bibliotecas públicas atendem seus objetivos; avaliar a efetividade do programa, por meio resultados apresentados para a disseminação da informação nas bibliotecas públicas.

Ao longo de muitos anos, as bibliotecas públicas atendem às políticas públicas, para satisfazer às necessidades de seus usuários, quanto ao acesso à informação e ao conhecimento. Todavia o Estado esbarra em dificuldades que impedem que esta atue com seu potencial total. São vários os fatores que a afetam, tais como, recursos humanos, a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário em todo território nacional, no qual são previstos multas e sanções no exercício ilegal da profissão. Entretanto, o que se vê são muitos funcionários que estão sem função, com pequenos problemas de saúde, ou até mesmo os que foram punidos, executando outros trabalhos na biblioteca. Nas bibliotecas públicas escolares, é constante o número de professores que estão de licença trabalhando na biblioteca, na maioria são professores readaptados, aqueles que estão fora da sala de aula.

Como um outro fator, apresenta-se a questão dos recursos materiais. O Estado cria a biblioteca, mas não a mantém. Para os recursos, a serem aplicados em compra de livros, periódicos, CDs, DVDs são necessárias políticas de investimentos. Configuram-se proposições neoliberais, como a busca de parcerias. Segundo Draibe, essas proposições neoliberais vêm se modificando, “principalmente no que diz respeito às responsabilidades públicas e estatais em questões como educação, combate à pobreza, ou crescimento sustentado, desenvolvimento de novas tecnologias, ampliação da competitividade das economias nacionais, etc” (DRAIBE, 1993, p. 88).

Várias são as bibliotecas que se sustentam com doações. Essas doações nem sempre atingem sua função. A da promoção da informação com qualidade, atualização, com condições dignas para o uso. Muitas doações chegam rasgadas, desatualizadas, empoeiradas e algumas infestadas de insetos. Os mobiliários nem sempre são os adequados para as bibliotecas, não mobiliários sucateados, improvisados. Ou quando são comprados para uma biblioteca nova, após algum tempo, são repassados para outros setores que demandam mais relevância visual. Há bibliotecas que, quando inauguradas, têm vários computadores para uso exclusivo das pessoas que irão realizar suas pesquisas. Entretanto, quando um setor qualquer da organização fica sem um computador, quando há necessidade de reposição para funcionamento da instituição, recorre-se à biblioteca. Deixando o usuário sem essa ferramenta de grande serventia para a pesquisa.

O espaço físico, também, é um fator de impedimento à atuação eficaz da biblioteca. Muitas bibliotecas estão em locais improvisados, algumas em locais antigos. São salas sem ventilação, com umidade, de difícil acesso. Há, ainda, os locais que não têm rede elétrica de qualidade, acesso à internet, sanitários. Ou seja, falta a infraestrutura básica necessária para atender a seus usuários. Essas são informações preocupantes, e que precisam ser melhor analisadas, para que se possam se integrar a políticas públicas no intuito de atingir seus objetivos.

Considerações

A eficácia da biblioteca “diz respeito à relação entre características e qualidade dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro” (DRAIBE, 2001, p. 20). Essa autora afirma, ainda, que a eficiência diz respeito às qualidades de um programa, examinadas sob os parâmetros técnicos, de tempo e de custos.

Esta pesquisa destaca as políticas públicas culturais, para uma discussão sobre o papel das bibliotecas públicas, como fonte de disseminação do acesso à informação e ao conhecimento. As bibliotecas públicas, ainda, não atendem plenamente às necessidades socioculturais de seus usuários.

É preciso que se tenha real consciência de que as bibliotecas públicas devem estar ligadas às ações educacionais imediatas – sejam elas, científicas, culturais, tecnológicas, ou políticas e econômicas. Para isto, é necessária a atuação do Estado e este tem que assumir suas responsabilidades em relação à organização da biblioteca, seu espaço físico, seu acervo e seu recurso humano – com profissionais habilitados e capacitados - como forma de garantir sua eficácia, sua eficiência, sua efetividade.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Histórico do SNBP**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/historico>> Acesso em 20 de maio de 2014, 16:20:12.

BONINI, Luci Mendes de Melo; PRADOS, Rosália Maria Netto. A inteligência coletiva e o acesso aberto como mecanismos de responsividade às políticas de democratização da ciência. In: VALENTE, Heloísa; PRADOS, Rosália Maria Netto Prados; SCHIMIDT, Cristina. **A Música como Negócio**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

BRASIL. Lei Nº 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão

de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. N.120, Seção I. Brasília: DF, 23 de junho de 1998, p.1-2.

_____. Lei Nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 02 de julho de 1962.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. N.248, Seção I. Brasília: DF, 23 dezembro de 1996, p.27-33.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.727. Câmara dos Deputados. Altera a Lei 9.394, de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 3º. Brasília: DF, 19 de abril de 2012. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541906>> Acesso em: 20 maio. 2014.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CAMPELLO, Bernadete Santos. MAGALHÃES, Maria Helena de. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1997.

CIANCIARULLO, T.I. Necessidades humanas e saúde. In: CIANCIARULLO, T.I;

DIAS, R; MATOS, F. O. Conceito de políticas públicas. **Políticas Públicas princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-21.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Coord.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

_____. Sônia Miriam. Políticas Sociais e o neoliberalismo. In **Revista USP**. Nº 17. 1993. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959/27690>> Acesso em 15 de outubro de 2014.

FERREIRA, Maria Mary. Biblioteca, Cultura e Informação no Contexto das Políticas Públicas. Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória. Estratégias para a preservação e Acesso à Informação. **Conferência Cultura, Tecnologia e Memória. CTCM**, 2013. Disponível em <<http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/10b.BLI-CPP.pdf>> Acesso em 11 de novembro de 2014.

GELINSKI, Crog; SEIBEL, E.J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas de Florianópolis**. N.42, V. 1-2. Florianópolis: EDUFSC, 2008. p. 227-240.

PEREIRA, P.A. Tentativas de especificação de necessidades básicas a partir de teorias recentes. In: PEREIRA, P.A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000, p.57-85.

MEY, Eliane Serão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

VASCONCELOS, E.M.R. Bem estar humano e sua influência na saúde. In: CIANCIA-RULLO, T.I; CORNETTA, V.K. SAÚDE, **Desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Ícone, 2002, p. 127-148.

VERGUEIRO, Waldomiro; MIRANDA, Angélica C. D. **Administração de unidades de informação**. Rio Grande, RS: FURG, 2007.